



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

Decisões de política monetária no Brasil, EUA e na Zona do Euro são os destaque da semana. Bateria de indicadores e início da safra de balanços dos bancos também movimentam a agenda.

- O Copom se reúne na terça (28) e quarta-feira (29) e deve promover um novo corte de 0,25 p.p. na taxa Selic, para 14,50% a.a.** Após o início do ciclo de calibração monetária na última reunião, a expectativa praticamente unânime dos agentes de mercado é de continuidade do processo bastante gradual de redução dos juros, em função dos riscos inflacionários associados ao conflito no Oriente Médio. O Banco Central tem ressaltado que a atividade econômica segue em desaceleração, o que abriria espaço para esse novo ajuste. O mercado estará atento às novas projeções de inflação, sobretudo para o fim de 2027, horizonte relevante para a política monetária. Nesse contexto, o elevado patamar do preço do petróleo, que segue em torno de US\$ 100 / barril do tipo Brent, tende a pressionar as projeções, efeito que pode ser parcialmente compensado pela apreciação do real, que voltou a ser cotado abaixo de R\$ 5,00/US\$, menor patamar em pouco mais de dois anos. As novas projeções do BC são relevantes para que os agentes ajustem suas expectativas quanto ao espaço adicional para cortes da Selic ao longo do ano. Antes do conflito estavam em 12,0% a.a.; e, agora, já subiram para 13,0% a.a., indicando um ciclo de cortes mais tímido do que o esperado anteriormente.
- O Banco Central divulgou hoje cedo (27) que o saldo da carteira de crédito cresceu 0,9% em março, em linha com a estimativa da Pesquisa Especial de Crédito da Febraban (+0,8%).** O crescimento foi liderado pelo crédito destinado às empresas (+1,1%), enquanto a carteira para as famílias avançou 0,8% no mês. Neste caso, a expansão foi liderada pelo uso do cartão à vista (+2,2%) (maior número de dias úteis) e pelo consignado privado (+10,1%), que segue com forte crescimento; enquanto as linhas rotativas mostraram dinâmicas distintas, com alta no cheque especial (+1,8%) e cartão parcelado com juros (+1,8%), mas queda no cartão rotativo (-1,6%). Com o resultado, o ritmo de crescimento da carteira de crédito total ficou praticamente estável e em alto patamar, em 9,7% (ante 9,6%), apesar da elevada taxa Selic. Além disso, a publicação ainda mostrou ligeira queda da inadimplência (-0,1 pp, para 4,3%), inclusive entre as famílias (-0,1 pp, para 5,3%); e do spread médio (-0,3 pp, para 21,8 pp) no mês. A próxima edição do informativo trará uma análise completa dos números divulgados.
- Ainda no mercado de crédito, o governo federal deve lançar no dia 01 de maio um novo programa de renegociação de dívidas bancárias.** Ainda faltam detalhes finais, mas o programa deve contemplar o público com renda entre 1 e 5 SMs, que possuem dívidas inadimplentes no cartão de crédito, cheque especial e crédito pessoal não consignado. As novas dívidas serão em parte garantidas pelo FGO, mas terão um teto de juros (possivelmente de 1,99% a.m.) e devem trazer descontos expressivos, em especial para as dívidas mais longas.
- O IBGE divulga na terça (28) o IPCA-15 de abril, prévia da inflação oficial, que deve voltar a mostrar números pressionados.** O consenso do mercado projeta alta de 0,98% no período, com avanço novamente concentrado nos preços dos alimentos e combustíveis. No acumulado em 12 meses, o índice deve acelerar de 3,89% para 4,46%, refletindo o choque de preços decorrente do conflito no Oriente Médio, justificando a cautela do BC em promover um ciclo de queda da Selic bastante gradual.
- A semana também será marcada pela divulgação dos dados do mercado de trabalho de março, que devem mostrar um cenário ainda positivo.** O IBGE divulga a PNAD, que deve mostrar uma elevação da taxa de desemprego de 5,8% para 6,1%. Essa aceleração, no entanto, é explicada principalmente pela sazonalidade dos dados. Na mesma linha, o Ministério do Trabalho divulga os dados de emprego no setor formal, que devem apresentar um saldo líquido de 148,3 mil no mês, acima do registrado em mar/25 (79,5 mil). Portanto, as publicações devem apontar que o mercado de trabalho segue com algum dinamismo, o que explica a inflação ainda elevada no setor de serviços, apesar da política monetária restritiva. Ambos os indicadores estão programados para serem divulgados na quinta (30).



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

Os dados fiscais referentes ao mês de março também entram no radar da semana e devem mostrar déficits elevados no período. O Tesouro Nacional publica o resultado do governo central na quarta-feira (29), com expectativa do consenso para um déficit primário de R\$ 71,4 bi no mês (ante superávit de R\$ 1,5 bi em mar/25), explicado em parte pelas medidas para atenuar a alta dos combustíveis, além do maior nível de despesas discricionárias, que ficaram deprimidas no início do ano passado. Já o Banco Central divulgará os dados fiscais do setor público consolidado na quinta-feira (30) e deve apontar um déficit primário de R\$ 67,0 bi no período (ante superávit de R\$ 3,6 bi), mantendo a política fiscal como um ponto relevante de atenção.

Na agenda corporativa, o Santander dá início à rodada de divulgação dos resultados do setor bancário referentes ao 1º trimestre de 2026. O banco divulga seu balanço na quarta-feira (29), antes da abertura do mercado. O consenso dos analistas projeta um lucro líquido de R\$ 4,1 bilhões no trimestre, praticamente estável na comparação trimestral (-0,4%), mas com alta de 5,5% em relação ao mesmo período de 2025. O mercado deve acompanhar com especial atenção o apetite das instituições em um contexto de desaceleração do crescimento das carteiras, ainda que o ritmo siga em alto patamar. Também estarão no radar a evolução dos índices de inadimplência entre as famílias e MPMEs; e, das provisões, diante do aumento dos pedidos de recuperação judicial (ou extrajudicial) envolvendo algumas companhias de grande porte. O quadro abaixo traz as datas de divulgação e as projeções do mercado para as instituições de capital aberto no Brasil.

Calendário de Divulgação e Estimativa de Lucro dos Bancos com Capital Aberto para o 1T26

Banco	Data	Estimativa de Lucro Líquido no 1T26 Em R\$ mi	Var. % Trimestral	Var. % Anual
Santander	29/abr	4.071,7	-0,4%	5,5%
Itaú	05/mai	12.415,4	0,8%	11,6%
BMG	05/mai	121,0	-29,7%	5,2%
Bradesco	06/mai	6.647,4	2,0%	13,4%
Pine	06/mai	122,7	-33,1%	67,0%
ABC	07/mai	263,1	-4,5%	16,6%
Inter	07/mai	401,1	-0,2%	30,8%
BTG Pactual	12/mai	4.583,3	-0,3%	36,1%
Banco do Brasil	13/mai	4.107,0	-28,5%	-44,3%
Nubank	14/mai	-	-	-
Banrisul	14/mai	260,0	-60,4%	7,7%
XP	-	1.358,2	2,0%	9,9%

Fonte: Áreas de RI dos bancos e Bloomberg

No âmbito internacional, destaque para as reuniões de política monetária nos EUA e na Europa. Nos EUA, o mercado espera de forma praticamente unânime que o Fed mantenha, na quarta-feira (29), os juros no intervalo atual (entre 3,50% e 3,75% aa). Esta deve ser a 3ª reunião consecutiva em que o Colegiado irá manter os *Fed Funds* inalterados. A principal atenção recairá sobre o comunicado, que deve voltar a ponderar os riscos e incertezas decorrentes da guerra no Oriente Médio, especialmente o choque nos preços de energia do país, em um contexto de certo enfraquecimento no mercado de trabalho. Ainda sobre este tema, o mercado segue acompanhando as discussões no Senado norte-americano para a aprovação de Kevin Warsh como novo chairman do Fed, uma vez que o mandato de Jerome Powell se encerra no dia 15 de maio. Na Europa, na quinta (30), o BCE também deve manter os juros estáveis, com a taxa de depósitos permanecendo em 2,0% aa. Os preços de energia também se elevaram substancialmente na região e são motivo de preocupação. Será importante observar se o BCE abrirá a possibilidade de elevar os juros no curto prazo, caso os preços do petróleo sigam elevados nas próximas semanas.



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

A semana também traz as primeiras leituras do PIB e dados inflação para as economias dos EUA e da Zona do Euro. A expectativa é que o PIB dos EUA tenha crescido 2,2% no 1T26, em termos anualizados, acima do observado no 4T25 (+0,5%) com a retomada dos gastos públicos (pós-*shutdown* no 4T25). De toda forma, atenção para a força do consumo e dos investimentos, em meio à queda da confiança das famílias e ao impacto da guerra. Quanto aos preços, destaque para o deflator de gastos pessoais (PCE) de março, que deve acelerar para 3,5% em 12 meses (ante +2,8% em fev/26), em função da alta dos combustíveis. Na Europa será conhecida a prévia do PIB do 1º trimestre, que deve registrar ligeira alta de 0,2%, mesmo desempenho observado no 4T25, mantendo os sinais de baixo dinamismo econômico na região. Já a prévia de abril da inflação ao consumidor (CPI) deve acelerar para 3,0% (ante 2,6%) na Zona do Euro, também refletindo os efeitos da alta do petróleo. Todos os indicadores serão conhecidos na quinta (30).



INDICADORES DA SEMANA

NACIONAL

Data	Indicadores Nacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
27/abr	BCB: Estatísticas de Crédito	Mar/26	0,8% m/m* 9,4% a/a*	0,4% m/m 9,6% a/a
27-29/abr	FGV: Sondagens de Confiança	Abr/26	-	-
28/abr	IBGE: IPCA-15	Abr/26	0,98% m/m 4,46% a/a	0,44% m/m 3,89% a/a
29/abr	Reunião do Copom	-	14,50% aa	14,75% aa
29/abr	FGV: IGP-M	Abr/26	2,53% m/m 0,42% a/a	0,52% m/m -1,82% a/a
29/abr	Tesouro: Resultado Primário do Governo	Mar/26	R\$ -71,4 bi	R\$ - 30,0 bi
30/abr	BCB: Estatísticas Fiscais	Mar/26	R\$ -67,0 bi	R\$ - 16,4 bi
30/abr	Caged: Geração de Vagas Formais de Trabalho	Mar/26	148,3 mil	255,3 mil
30/abr	PNAD: Taxa de Desemprego	Mar/26	6,1%	5,8%

Fonte: Bloomberg.* Pesquisa Especial de Crédito Febraban.

INTERNACIONAL

Data	País ou Região	Indicadores Internacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
26-28/abr	China	Comitê do Congresso Nacional (NPC)	-	-	-
28/abr	EUA	Confiança do Consumidor (<i>Conference Board</i>)	Abr/26	89,0 pts	91,8 pts
29/abr	China	PMI Manufatura e Serviços	Abrr/26	50,1 pts / 49,9 pts	50,4 pts / 50,1 pts
29/abr	China	PMI Manufatura (Rating Dog)	Abr/26	51 pts	50,8 pts
29/abr	Zona do Euro	Confiança do Consumidor	Abr/26 - Final	-20,6 pts	-16,3 pts
29/abr	EUA	Fed: Reunião de Política Monetária	-	3,50% aa / 3,75% aa	3,50% aa / 3,75% aa
29/abr	EUA	Alvarás para novas construções	Mar/26	-	-4,7% m/m
30/abr	Zona do Euro	PIB	1ºtri/26 - Prévia	0,2% t/t-1	0,2% t/t-1
30/abr	Zona do Euro	Inflação do Consumidor (CPI)	Abr/26 - Prévia	1,0% m/m 3,0% a/a	1,3% m/m 2,6% a/a
30/abr	Zona do Euro	BCE: Reunião de Política Monetária	-	2,00% aa; 2,15% aa; 2,40% aa	2,00% aa; 2,15% aa; 2,40% aa
30/abr	EUA	PIB	1ºtri/26 - Prévia	2,2% t/t-1 (anualizado)	0,5% t/t-1 (anualizado)
30/abr	EUA	Deflator de Gastos de Consumo Pessoal (PCE)	Mar/26	0,7% m/m 3,5% a/a	0,4% m/m 2,8% a/a
30/abr	EUA	Renda e Gastos Pessoais	Mar/26	0,3% m/m 0,9% m/m	-0,1% m/m 0,4% m/m
01/mai	EUA	ISM / PMI Manufatura	Abr/26 - Final	53,1 pts / 54,0 pts	52,7 pts / 52,3 pts

Fonte: Bloomberg.

ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

Investimento direto estrangeiro segue positivo, mas fluxo de portfólio cai com efeito da guerra

O saldo das transações correntes foi deficitário em US\$ 6,0 bi em março, resultado pior do que o registrado em mar/25 (-US\$ 2,9 bi), mas apontando ainda um cenário confortável para as contas externas. A deterioração ante março de 2025 refletiu a redução do saldo comercial (de US\$ 7,2 bi para US\$ 5,6 bi) e o aumento dos déficits na balança de serviços (de -US\$ 4,2 bi para -US\$ 4,8 bi) e de renda primária (de -US\$ 6,3 bi para -US\$ 7,4 bi). As principais explicações são o avanço mais intenso das importações de bens (+19,9%) em relação às exportações (+9,5%); os maiores gastos com serviços de telecomunicação e informação (+27,4%) e propriedade intelectual (+9,2%); além do crescimento das despesas com juros (+33,5%) e remessas de lucros e dividendos (+10,7%).

Assim, o déficit externo acumulado em 12 meses subiu de US\$ 61,2 bi para US\$ 64,3 bi (2,7% do PIB) mas ainda permanece abaixo do observado no mesmo período de 2025, quando atingiu 3,5% do PIB. Neste comparativo, a melhora decorre principalmente do menor déficit na balança de serviços, em função da desaceleração econômica.

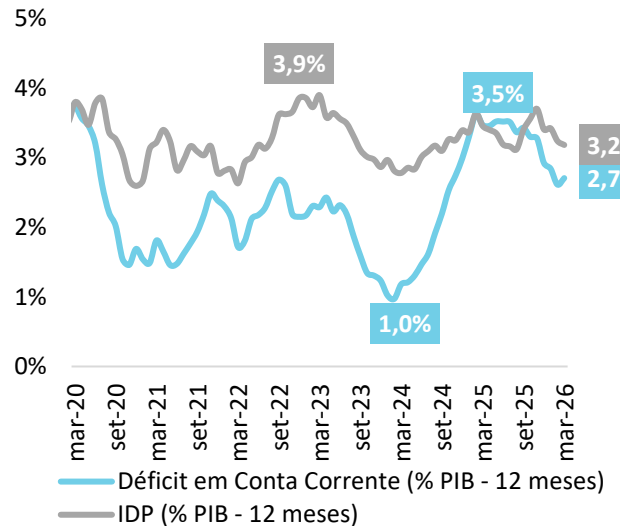
Ao mesmo tempo, a entrada de investimento estrangeiro direto no país (IDP) segue robusta. Em março, ficou em US\$ 6,0 bi, próximo ao observado em mar/25 (US\$ 6,3 bi), acumulando US\$ 75,6 bi (3,2% do PIB) em 12 meses, superando com alguma folga o déficit externo.

Por outro lado, o fluxo de recursos em portfólio no mercado doméstico foi negativo em US\$ 2,9 bi em março, refletindo a incerteza decorrente do início da guerra do Oriente Médio. Ainda assim, o fluxo é positivo em US\$ 28,4 bi nos últimos 12 meses, concentrados em títulos de dívida (US\$ 30,6 bi), enquanto os ingressos em ações são modestos (US\$ 2,4 bi) e há saída líquida de recursos em fundos de investimento (-US\$ 4,7 bi). Em abril, é possível que o fluxo volte a ser positivo, com a continuidade do movimento de diversificação global de investimentos, que tem ajudado a apreciar o Real neste início de ano.

Portanto, o déficit externo segue amplamente financiado pela entrada de investimento estrangeiro direto, que se manteve robusta, mesmo com a eclosão da guerra no Oriente. Esse cenário mostra que as contas externas estão bem posicionadas frente ao cenário internacional atual.

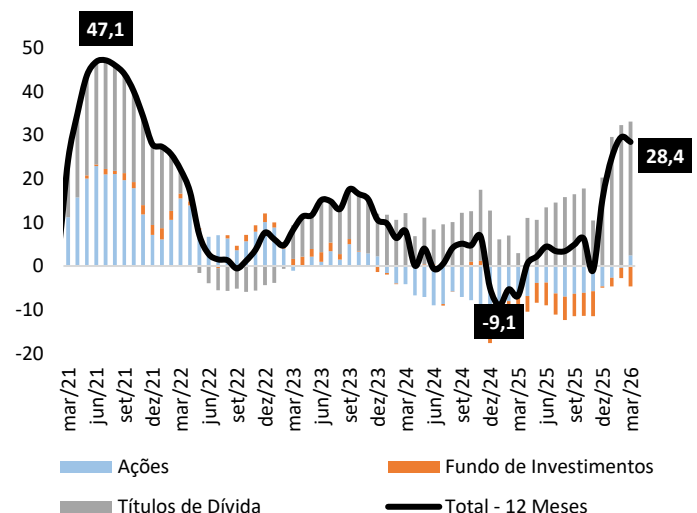
INDICADORES ECONÔMICOS

Quadro 1: Déficit em Conta Corrente e Entrada de Investimento Direto no País (IDP) – % PIB



Fonte: BCB

Quadro 2: Fluxo de Capitais de Portfólio no Mercado Doméstico – em US\$ bi



Fonte: BCB

O Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional na última quinta-feira (23/04) o PLP nº 114/2026, que institui um mecanismo de desoneração tributária dos impostos federais com incidência nos combustíveis por meio do uso do aumento das receitas vinculadas à exploração de petróleo. A iniciativa se insere no esforço de resposta da União à elevação do custo dos combustíveis decorrente do conflito no Oriente Médio, diante da elevação do preço internacional do petróleo.

A proposta autoriza o Poder Executivo a conceder renúncias fiscais na importação e comercialização de óleo diesel de uso rodoviário, biodiesel, gasolina e etanol, condicionadas à compensação por receitas extraordinárias provenientes do setor petrolífero em 2026, com avaliação da renúncia a cada 2 meses. A medida difere do mecanismo utilizado até o momento, que está baseado em renúncias fiscais e subvenções sem um vínculo direto com a arrecadação extraordinária.

O desenho do PLP distingue ganhos diretos e indiretos associados ao choque positivo do petróleo. No primeiro caso, incluem-se receitas oriundas de *royalties*, participações especiais, regime de partilha e venda da produção e do imposto de exportação, recentemente instituído no contexto do conflito. No caso atual, o texto admite a utilização de ganhos indiretos, decorrentes de eventual aumento de arrecadação de IRPJ, CSLL e dividendos do setor, associados ao impacto do preço do petróleo sobre os resultados das empresas.

A proposta gerou impacto negativo sobre as expectativas fiscais para 2026, uma vez que parte do aumento de receitas do petróleo poderia melhorar o resultado fiscal do governo neste ano. Esse ponto é relevante considerando que o Executivo opera próximo ao limite inferior da meta fiscal, conforme indicado no último Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas.

Além disso, o desenho do PLP introduz incertezas metodológicas quanto à mensuração do montante efetivamente disponível para compensação via ganhos indiretos, dado que não há estimativas setoriais explícitas na LOA 2026 para IRPJ, CSLL e dividendos vinculados ao petróleo. Essa limitação pode dificultar a transparência e a previsibilidade do mecanismo ao longo da execução orçamentária.

Por outro lado, a eventual redução tributária sobre os combustíveis tende a conter o repasse do choque internacional de preços ao consumidor final, sobretudo em um contexto em que parte significativa da alta do petróleo ainda não foi integralmente transmitida aos preços domésticos, em função da defasagem de preços praticada pela Petrobras, da ordem de 40% (Quadro 3). Nesse sentido, a medida atua potencialmente como instrumento de amortecimento inflacionário de curto prazo, ainda que com custo fiscal e de transparência orçamentária relevante.

Quadro 3: Preços médios dos combustíveis e defasagem ante o preço internacional

Data	Diesel S10			Gasolina			Brent (U\$/Barril)
	(R\$/L)	Variação (t/pré- conflito)	Defasagem (%)	(R\$/L)	Variação (t/pré- conflito)	Defasagem (%)	
22/02 a 28/02	6,09		-12%	6,28		-3%	71,3
01/03 a 07/03	6,15	1,0%	-58%	6,30	0,3%	-25%	83,7
08/03 a 14/03	6,89	13,1%	-62%	6,46	2,9%	-38%	96,5
15/03 a 21/03	7,35	20,7%	-64%	6,65	5,9%	-46%	106,4
22/03 a 28/03	7,57	24,3%	-61%	6,78	8,0%	-43%	105,4
29/03 a 04/04	7,58	24,5%	-48%	6,78	8,0%	-42%	110,3
05/04 a 11/04	7,58	24,5%	-43%	6,77	7,8%	-34%	101,0
12/04 a 18/04	7,49	23,0%	-38%	6,75	7,5%	-41%	95,8

*Percentual de defasagem estimado no último dia útil de cada semana
 Fonte: ANP, Bloomberg e ABICOM, elaboração própria

Indicadores Econômicos – Cenário Internacional

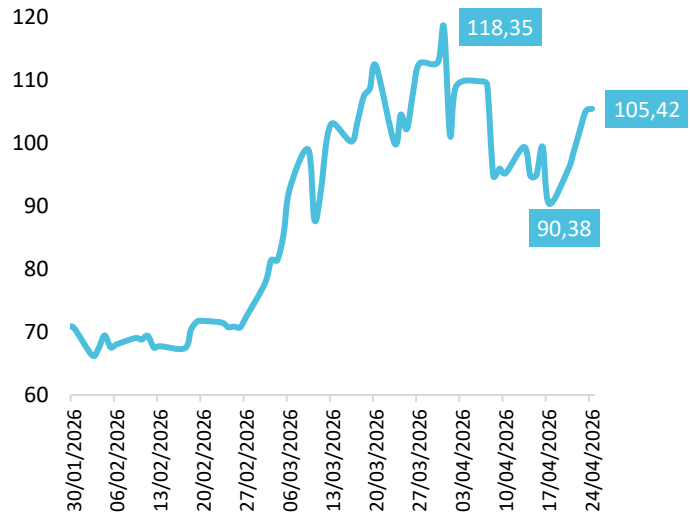
Preço do petróleo volta a subir com nova escalada das tensões entre os EUA e o Irã

O cenário internacional segue fortemente influenciado pelos desdobramentos do conflito no Oriente Médio, com as atenções voltadas para o Estreito de Ormuz, onde o tráfego de navios permanece paralisado. O Irã informou que não participará de qualquer tipo de negociação enquanto persistir o bloqueio naval dos EUA sobre portos iranianos. Do lado norte-americano, Donald Trump adotou um tom mais agressivo, ao ordenar ataques a qualquer embarcação que esteja instalando minas no estreito. Esse movimento elevou as preocupações em relação à oferta global de petróleo, levando o preço da *commodity* a ultrapassar novamente o patamar de US\$ 100 por barril, com alta de 16,5% na última semana. Nesse contexto, a aversão ao risco pesou nos mercados financeiros, com as principais bolsas dos EUA andando de lado no período.

Quanto aos indicadores, foram divulgadas as prévias de abril dos índices PMIs nos EUA, que sinalizaram resiliência da atividade mesmo em meio à guerra no Oriente Médio. O PMI da manufatura subiu para 54,0 pontos (ante 52,3 pts), maior nível dos últimos quatro anos. O resultado refletiu, sobretudo, o forte aumento de novos pedidos, possivelmente associado à formação de estoques diante das incertezas geradas pelo conflito. No setor de serviços, o PMI avançou para 51,3 pontos em abril (ante 49,8 pts), retornando ao campo de expansão. Ainda nos EUA, as vendas no varejo cresceram 1,7% em março, acima do esperado (+1,4%) e do observado em fevereiro (+0,7%). O resultado foi o mais forte desde março de 2025. No entanto, como o indicador não desconta a inflação, uma parcela relevante do crescimento refletiu a alta dos preços dos combustíveis. Excluindo esse efeito, o avanço foi mais modesto, de 0,6% no mês. Adicionalmente, o índice de confiança do consumidor, calculado pela Universidade de Michigan, recuou de 53,3 pts para 49,8 pontos em abril. Apesar da ligeira melhora em relação à leitura prévia, o indicador atingiu o menor nível da série histórica iniciada em 1978, em meio às preocupações dos consumidores com a inflação.

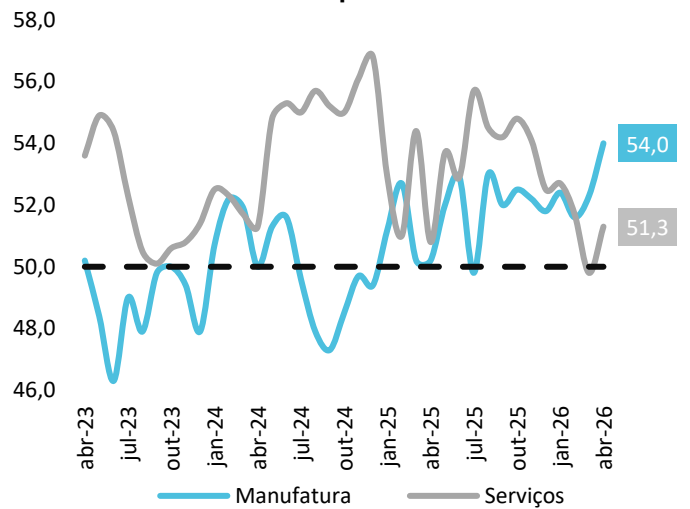
Na Zona do Euro, a prévia de abril do PMI apontou dinâmicas distintas entre os setores na região. O índice da manufatura subiu para 52,2 pts (ante 51,6 pts), maior nível desde mai/22, refletindo a recomposição de estoques, antecipação de pedidos e, inclusive, alguma melhora nas exportações. Por outro lado, o PMI dos Serviços recuou para 47,4 pts em abril (50,2 pts em mar/26). Por ser um setor mais sensível a confiança do consumidor, vem sentindo a queda da demanda, a medida que as famílias adiam gastos diante da alta nos preços de energia na região.

Quadro 4: Preço do Petróleo (tipo Brent) Em US\$ por barril



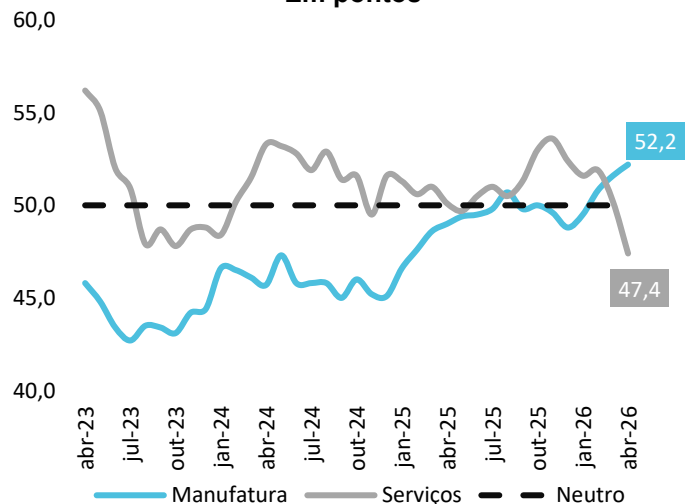
Fonte: Bloomberg.

Quadro 5: EUA – PMI Manufatura e Serviços Em pontos



Fonte: Bloomberg.

Quadro 6: Zona do Euro – PMI Manufatura e Serviços - Em pontos



Fonte: Bloomberg.

Regulação – Resoluções CMN (Ativos de Referência e LCR)

CRÉDITO / BANCOS

CMN impõe exigências para qualidade dos ativos em captações cobertas pelo FGC e amplia o uso de indicadores de liquidez para IFs de menor porte

Em reunião realizada na última quinta-feira (23), o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou novas medidas destinadas a reforçar a regulação prudencial do sistema financeiro. As iniciativas buscam, por um lado, estabelecer um nível mínimo de qualidade dos ativos nos quais as instituições financeiras aplicam recursos captados com a garantia do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) e, por outro, fortalecer o colchão de liquidez das instituições de menor porte, ao estender métricas de liquidez antes aplicáveis apenas às maiores instituições (segmento S1). As mudanças, formalizadas por meio das Resoluções nº 5.295 e nº 5.296, ocorrem em um contexto de preocupação com estratégias de captação agressivas e excessivamente dependentes da garantia do FGC.

A Resolução CMN nº 5.295 cria o conceito de Ativo de Referência (AR), que servirá como parâmetro para aferição da qualidade dos ativos mantidos pelas instituições financeiras em seus balanços. A regulamentação sobre quais ativos serão considerados nessa métrica será definida pelo Banco Central, provavelmente já nas próximas semanas. Pela nova regra, sempre que o volume de captações asseguradas pelo FGC superar os limites estabelecidos em relação ao AR, a instituição deverá direcionar o valor excedente à aplicação em títulos públicos federais. A medida complementa norma anterior que já estabelecia, sob a ótica do passivo e do patrimônio líquido, limites para captações garantidas pelo FGC. Assim como nas demais regras voltadas ao controle de alavancagem, a implementação dessa exigência será gradual, conforme o seguinte cronograma:

- 5% em julho de 2026;
- 15% em janeiro de 2027;
- 30% em julho de 2027;
- 60% em janeiro de 2028;
- 100% em julho de 2028.

Já a Resolução CMN nº 5.296 avança na agenda de liquidez ao ampliar o alcance do *Liquidity Coverage Ratio* (LCR) e instituir o LCR Simplificado (LCRS). O LCR, anteriormente exigido apenas das instituições do segmento S1, passará a ser aplicável também às instituições do segmento S2. O LCRS, por sua vez, incidirá sobre instituições dos segmentos S3 e S4 que captam depósitos, emitem títulos ao público ou atuam com aplicação centralizada de recursos no âmbito do cooperativismo de crédito.

A lógica subjacente é aproximar instituições de menor porte de um padrão prudencial mais robusto, alinhado à manutenção de reservas de alta liquidez suficientes para enfrentar saídas de caixa em um horizonte de 30 dias. O cronograma de transição prevê, tanto para as instituições do segmento S2 quanto para aquelas sujeitas ao LCRS, um piso mínimo de 90% no primeiro semestre de 2027 e de 100% a partir de julho de 2027. A composição dos LCRs será definida pelo BCB, já tendo sido objeto de consulta pública.

Portanto, em conjunto, as resoluções sinalizam um ajuste relevante no arcabouço prudencial conduzido pelo CMN e pelo Banco Central, ao estabelecer critérios mínimos de qualidade dos ativos vinculados a captações com garantia do FGC e ao estender exigências de liquidez a instituições de menor porte. O objetivo é desincentivar modelos de negócio excessivamente dependentes desse tipo de captação e reforçar a resiliência e a liquidez do sistema bancário.

Para conferir as Resoluções na íntegra acesse os links: [Resolução CMN nº 5.295](#) e [Resolução CMN nº 5.296](#)

Boletim do Mercado de Capitais da Anbima – Março/2026

As captações do mercado de capitais totalizaram R\$ 73,4 bi em março, segundo o Boletim de Mercado de Capitais da Anbima. Este foi o maior resultado de 2026, com alta de 55,9% ante o volume observado em fevereiro (R\$ 47,1 bi). O número também é 11,0% superior ao registrado em março do ano passado (R\$ 66,1 bi), com dados já ajustados pelo IPCA, mostrando que o segmento segue aquecido, apesar dos sinais de algum estresse financeiro em empresas de grande porte.

As debêntures seguem como o principal instrumento de captação, com volume de R\$ 45,4 bi ou 61,8% da captação total do mês. Porém, o valor foi ligeiramente inferior (-1,9%) ao observado no mesmo mês do ano passado. Os demais instrumentos de renda fixa, por sua vez, foram responsáveis por 19,9% do total captado (R\$ 14,6 bi), também registrando queda ante mar/25 (-4,0%), puxado pelo menor volume de emissão de CRIs (-47,8%). Portanto, as captações via renda fixa seguem sustentando o segmento, representando 82% do total em março (ou 79,6% na média do 1T26), mas com alguma moderação em relação ao volume captado no mesmo período de 2025.

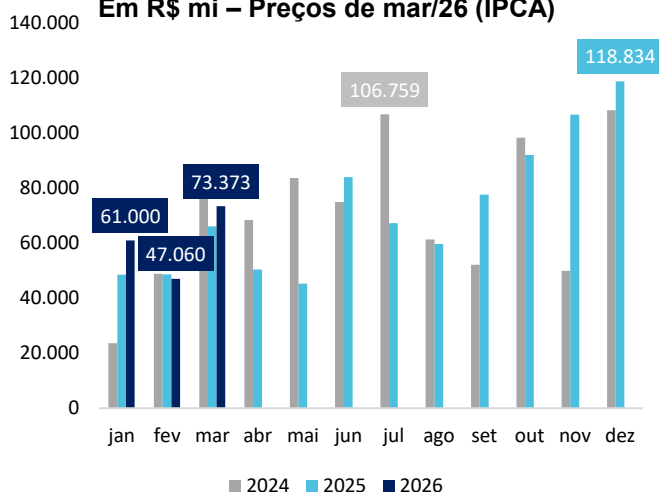
Com relação aos instrumentos de renda variável, o mercado segue fraco, sem a realização de IPOs, dependente de alguns *follow-ons*. Em março, foi registrada apenas uma operação (Banco Pine), no valor de R\$ 246 milhões. Já os instrumentos híbridos mostraram números expressivos, com captação de R\$ 13,1 bi ou 18% do total, praticamente quadruplicando o volume observado em mar/25 (R\$ 3,4 bi), liderado pelo desempenho positivo dos FIIs (+238,2%).

Com isso, as captações somaram R\$ 181,4 bi no primeiro trimestre, alta de 11,1% ante o mesmo período do ano passado (Quadro 9) e o maior volume para o período desde o início da série histórica (2012). O desempenho positivo decorre da retomada dos *follow-ons* (R\$ 13,3 bi no 1T26 ante R\$ 1,3 bi no 1T25), ainda que em baixo patamar; e, do bom desempenho dos instrumentos híbridos (+127,6%), especialmente FIIs (+135,8%). Por outro lado, a captação via debêntures recua 7,8%, enquanto através dos demais instrumentos de renda fixa avança apenas 3,2%, puxado pelos FIDCs (+32,5%).

Portanto, mesmo diante das incertezas trazidas pelo conflito do Oriente Médio e pelos casos de recuperação judicial (ou extrajudicial) de grandes empresas, o mercado de capitais seguiu trazendo números positivos neste 1º trimestre.

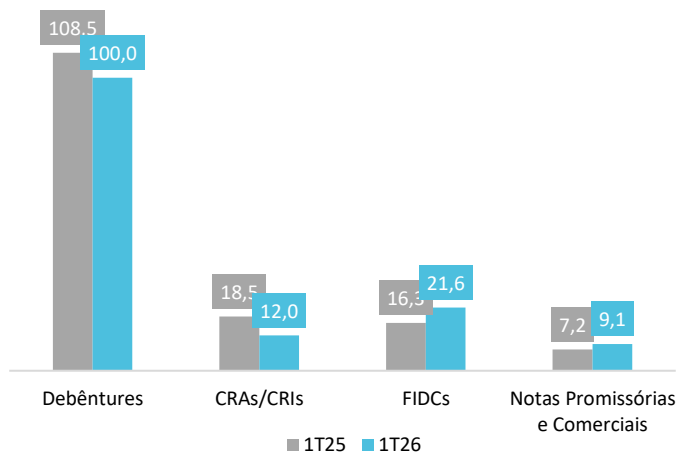
CRÉDITO / BANCOS

Quadro 7: Captação no Mercado de Capitais Em R\$ mi – Preços de mar/26 (IPCA)



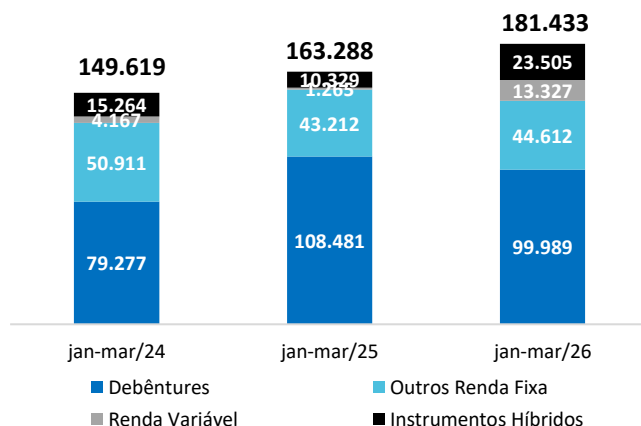
Fonte: Anbima. Elaboração: Febraban.

Quadro 8: Captações em instrumentos de renda fixa Acum. 1º tri - Em R\$ mi – Preços de mar/26 (IPCA)



Fonte: Anbima. Elaboração: Febraban.

Quadro 9: Captações no Mercado de Capitais no 1º tri - Em R\$ mi – Preços de mar/26 (IPCA)



Fonte: Anbima. Elaboração: Febraban.



MERCADOS E EXPECTATIVAS

FOCUS – Indicadores Selecionados	2026				2027			
	24/04/26	17/04/26	27/03/26	Viés	24/04/26	17/04/26	27/03/26	Viés
IPCA (%)	4,86	4,80	4,31	▲	4,00	3,99	3,84	▲
PIB (% de crescimento)	1,85	1,86	1,85	▼	1,80	1,80	1,80	↔
Meta Selic - fim do ano (% a.a.)	13,00	13,00	12,50	↔	11,00	11,00	10,50	↔
Taxa de Câmbio - fim do ano (R\$/US\$)	5,25	5,30	5,40	▼	5,35	5,35	5,45	↔

Fonte: Banco Central do Brasil.

Indicadores do Mercado	24/04/26	Variação %			
		Na semana	No mês	No ano	12 meses
NACIONAL					
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	4,98	0,06%	-3,85%	-9,02%	-12,35%
CDS Brasil 5 anos (em pontos)	130,03	-0,03%	-6,97%	-6,12%	-30,50%
Juros DI 30 dias (% a.a.)	14,46	-0,14%	-1,23%	-2,93%	0,52%
Juros DI 1 ano (% a.a.)	13,96	2,24%	-0,12%	1,11%	-3,01%
Juros DI 5 anos (% a.a.)	13,53	1,64%	-2,25%	0,42%	-1,91%
Índice Ibovespa (em pontos)	190.745,02	-2,55%	1,75%	18,38%	41,73%
IFNC (setor financeiro)	19.915,54	-4,75%	3,12%	15,15%	35,62%
INTERNACIONAL					
Fed Funds (% a.a.)	3,75	0,00%	0,00%	0,00%	-16,67%
T-NOTE - 2 anos (% a.a.)	3,78	1,89%	-0,39%	9,57%	-0,50%
T-NOTE - 10 anos (% a.a.)	4,30	1,24%	-0,37%	4,34%	-0,33%
Dollar Index	98,53	0,44%	-1,43%	0,30%	-0,85%
Índice S&P 500 (em pontos)	7.165,08	0,55%	9,75%	3,90%	30,64%
Índice de Ações - Maiores Bancos EUA	167,26	-1,19%	8,39%	1,03%	42,45%
Índice de Ações - Bancos Regionais EUA	133,40	-2,13%	5,54%	6,50%	22,89%
Índice Euro Stoxx 50	5.883,48	-2,88%	5,63%	1,51%	15,02%
Índice de ações de bancos - Zona do Euro	256,08	-6,41%	7,20%	-2,92%	40,91%
Barril de Petróleo - tipo Brent (US\$)	105,33	16,54%	-11,00%	70,11%	58,27%

Fonte: Bloomberg.

Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos
economia@febraban.org.br

Rubens Sardenberg
 Jayme Alves
 Luiz Fernando Castelli
 João Vítor Siqueira
 Marcos Duarte
 Jéssica Silva Martins